

5ª Reunião Ordinária do COMAM de 2019

Ao vigésimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, no auditório da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, com início às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Fortaleza – COMAM do ano de 2019, que teve como pauta: 1) Apresentação do Fórum Interconselhos e Fortaleza 2040, por técnicos da Coordenadoria Especial de Participação Social - CEPS. A Coordenadora de Políticas Ambientais - CPA, Edilene Oliveira, fez a abertura da reunião, dando boas-vindas a todos. Em seguida, passou a palavra para Roberto Sérgio, Coordenador da CEPS, que iniciou sua exposição mostrando um pouco dos fundamentos do Fortaleza 2040, entre os quais está o Sistema de Acompanhamento e Controle Social que envolva participação, comunicação, capacitação para o diálogo, espaços de expressão e mediação, especialmente entre os cidadãos e os servidores públicos; para que ocorra a efetivação do pactuado no Plano. Em seguida, falou que no Programa Fortaleza 2040 os atores da governança municipal são, poder público, sociedade civil e iniciativa privada. Dentro do âmbito da Governança Municipal, o Sistema de Governança da Cidade deve se constituir em um conjunto de instrumentos públicos conectados, fundamentado em princípios próprios, coordenado por entes específicos que têm a função de garantir a participação cidadã e o controle social efetivo nas decisões sobre a cidade, propostas pelo Plano. Diante disto, o sistema deve garantir a participação e o controle social: no monitoramento e avaliação; na reformulação de políticas públicas; na construção da corresponsabilidade do cidadão na transformação da cidade. Falou ainda que, com o Controle e Participação Social, fez-se necessário que fosse instituído um marco legal, que no caso foi a Política Municipal de Participação e Controle Social, que está ainda em processo de aprovação. Continuou dizendo que os planos de governança são: Desenvolvimento da Gestão Pública e Participação e Controle Social. Dentro do Plano de Participação e Controle Social é que estão inseridos todos os conselhos municipais, todas as conferências e marcos regulatórios dos conselhos. Falou ainda que a Câmara de Governança pública e participação social possui a Comissão de Participação e Controle Social, que tem como função: Integrar as instituições responsáveis pela execução das ações de cada plano ou conjunto de planos, bem como monitorar indicadores de execução e resultados. Além de, apoiar a câmara setorial de Governança Pública na articulação de ações específicas. Essa comissão tem como membros atuais: CEPS (coordenação), IPLANFOR, SEPOG; COAREG; CITINOVA e SEGOV. Durante a apresentação, Rodrigo Ponce, IAB, perguntou como está sendo trabalhado a questão das 12 regionais e 39 unidades territoriais criadas pelo Fortaleza 2040. Roberto Sérgio, CEPS, falou que se tem feito reuniões com os agentes de cidadania sobre as mudanças e sobre como vai ser a nova atuação dos mesmos dentro de territórios mais pontuais. Por fim, explanou sobre o Fórum Interconselhos de Políticas Públicas que é a instância de articulação e integração dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas Setoriais ou Temáticos e Conselhos de Fundos Municipais que tem como finalidade deliberar, acompanhar e fiscalizar projetos e iniciativas intersetoriais que agreguem mais de uma política pública e é coordenado pelo Órgão Gestor do Sistema Municipal de Participação e Controle Social. Falou ainda que a competência do Fórum Interconselhos de Políticas Públicas é, prioritariamente: encaminhar ao executivo municipal propostas de políticas públicas elaboradas conjuntamente pelos Conselhos Municipais, cujas matérias abranjam área de competência de dois ou mais desses conselhos; integrar os debates desenvolvidos pelos conselhos municipais sobre políticas públicas municipais e dirimir conflitos de competências entre os conselhos; formular e encaminhar proposta de políticas públicas restritas a temas que sejam de competência de mais de um dos conselhos municipais; promover ações de integração entre as diferentes políticas públicas visando a otimização de recursos e a eficiência da gestão municipal; e orientar a formação de câmaras técnicas e/ou grupos de trabalho por eixos temáticos para aprofundar as discussões e propor ações que promovam a transversalidade



de temas relevantes nas diferentes políticas públicas. Após a apresentação, Natália Nogueira, SEUMA, abriu para perguntas, porém não havendo, agradeceu a presença e todos e deu por encerrada a reunião.

Estiveram presentes representantes de 18 instituições, sendo estas:

Instituição		Representante
1	SEUMA	Maria Edilene S. Oliveira
2	SEINF	Rita de Cássia
3	SECULTFOR	Davi Moreira Medeiros
4	SMS	Klessiany Soares Rodrigues
5	SME	José Eduardo Azevedo da Silva
6	SEMACE	José Wiliams Henrique de Souza
7	IPLANFOR	Francisca Dalila Menezes Vasconcelos
8	IPLANFOR	Iara Silvia Rodrigues de Oliveira
9	ACFOR	Leandro Joias Chaves
10	CAGECE	Delano Sampaio Cidrack
11	SEMA	Fernando Faria Bezerra
12	HABITAFOR	Carlos Eduardo Silva Aquino
13	ABES	Marconi José Barbosa da Silva
14	FIEC	Antônio Renato Aragão
15	FIEC	Elaine Cristina de Moraes
16	IAB	Rodrigo Ponce de Leon
17	CDL	Raimundo Matias da Silva
18	CAU	Daniel Gonçalves Rodrigues

A reunião contou ainda com alguns participantes:

Instituição		Representante
1	CPA/SEUMA	Natália Nogueira Rocha
2	CEPS	Roberto Sérgio dos Santos
3	SEUMA	Lara Silva dos Santos

Das instituições representantes do COMAM que não compareceram, apenas UFC e MP apresentaram justificativa.

Fortaleza, 06 de outubro de 2019.



Natália Nogueira Rocha
Secretária Executiva do COMAM





Coordenadoria de Políticas Ambientais

Av. Dep. Paulino Rocha, 1343 • Cajazeiras • CEP 60.864-311 Fortaleza, Ceará, Brasil

85 — 3452.6910 / 3452.6911

